

EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO MARAJÓ DAS FLORESTAS: CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMAÇÃO DOCENTE E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS ANTIRRACISTAS E ANTISSEXISTAS

Sônia Maria Pereira do Amaral ¹

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar resultados do projeto de extensão que teve como tema “Educação e Diversidade: Relações Étnico-Raciais e de Gênero na formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvido no período de agosto de 2023 a julho de 2024 em uma escola do arquipélago marajoara, especificamente no Marajó ocidental. O projeto contou com a participação de 46 professores da educação básica, 5 professores da educação superior e 25 graduandos do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário do Marajó-Breves. O projeto foi desenvolvido por meio de oficinas e minicursos, com metodologias socializantes e dialógicas reconhecendo que o diálogo se produz numa relação horizontal e em particular considerando o público que foram docentes, o que oportunizou a troca de conhecimentos para a produção de novos saberes tanto dos docentes, quanto dos discentes graduandos. Ao todo foram realizadas 10 atividades de extensão: 6 minicursos, 3 minicursos com oficina, uma roda de conversas e 1 oficina como culminância e com avaliação do projeto. Os principais temas desenvolvidos foram: Diversidade, Direitos Humanos, Gênero, relações desiguais entre Homens e Mulheres, Desigualdade racial no Brasil, a construção da Identidade Negra, Racismo, educação antirracista e antissexista. Os/as docentes envolvidos avaliaram o projeto de grande relevância por contribuir para a produção de práticas pedagógicas antirracistas e antissexistas, considerando que os temas discutidos, muitos não fazem parte do currículo e das suas práticas, particularmente a diversidade sexual e a diversidade religiosa, ainda são discutidas pela minoria dos/as docentes participantes do projeto. Temas como Racismo e desigualdades de gênero estão no currículo, mas são debatidos de forma pontual. Diante dos resultados, compreende-se que o projeto propiciou a compreensão da necessidade de ampliar esse debate como forma de respeito à cidadania e a valorização da diversidade.

Palavras-chave: Extensão Universitária, Educação, Diversidade, Formação Docente.

¹ Doutora em Antropologia e Professora do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal do Pará – UFPA/ Campus Universitário do Marajó-Breves, (smpa40@yahoo.com.br)
Trabalho resultado de Projeto de Extensão





INTRODUÇÃO

A extensão universitária é um dos instrumentos de articulação e junção da comunidade e universidade, capaz de proporcionar protagonismo tanto aos graduandos, quanto à comunidade envolvida. Na Política Nacional de Extensão Universitária (2012, p. 30), a diretriz Interação Dialógica orienta “o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes”, pela compreensão de que os conhecimentos não podem ficar fechados nas academias, mas socializados e produzidos coletivamente, a fim de transformarem-se em conhecimentos que contribuam “para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática”.

Nessa perspectiva de interação, integração e formação o projeto de extensão “Educação e Diversidade: Relações Étnico-Raciais e de Gênero na formação continuada de professores dos anos iniciais do ensino fundamental” foi produzido com o objetivo de chegar até a escola, em processo dialógico e formativo aos e às docentes do ensino fundamental, anos iniciais. Se aproximar de quem está no chão da escola, convivendo com os desafios de fazer educação de qualidade em uma sociedade marcada pelas desigualdades econômicas, social, educacional, para discutir temas que ainda são caros à população brasileira, em particular, às mulheres e pessoas negras, que ao longo dos séculos vêm sofrendo preconceitos, discriminações, muitos perdendo a vida, tão somente pela cor da sua pele, por ser mulher, mais forte ainda se for, mulher preta e pobre.

Discutir nas escolas as relações étnico-raciais e a população negra no Brasil, embora haja leis específicas que trazem essa temática para o currículo - Lei 10.639/03, e posteriormente a Lei 11.645/08, que tornam obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena em todo o território nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, ainda não se tornou ação consolidada, portanto, não se pode contar com a efetividade desse debate, em muitos casos, o que ocorre são discussões pontuais em determinados componentes curriculares, como exemplo, no mês/dia da consciência negra, enquanto isso, o racismo estrutural no Brasil ainda é realidade, basta analisar os dados de violência contra pessoas negras. Segundo o Atlas da violência, 2023, IPEA, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 77% das pessoas negras foram vítimas de violência. Nesse contexto, fala-se de dados registrados e quantos casos de racismo e outras violências ocorrem





cotidianamente nas escolas? Enquanto isso, como está a formação docente para tratar desse tema?

Da mesma forma, não podem ser invisibilizadas as relações de gênero, aqui, delimitada pelas relações desiguais entre homens e mulheres, embora essas últimas sejam a maioria da população. Ainda analisando os dados do Atlas da violência, 2023, IPEA, aproximadamente 50.000 (cinquenta) mil mulheres foram assassinadas entre os anos de 2011 e 2021. Desses, um percentual significativo dentro das suas próprias residências, muito provavelmente no meio de parentes, embora existam legislações que amparem as mulheres, a exemplo da Lei Maria da Penha – Lei nº 11.340/2005, Legislação brasileira que combate à violência doméstica e familiar contra a mulher, mesmo assim, ano após ano a violência só aumenta para elas, portanto, é um tema ainda caro para ser discutido nas escolas, uma vez que, na maioria professores, mas também há professoras que se negam discutir, participar de formações que tratem dos temas em destaque. Entretanto, é válida a reflexão sobre a afirmativa de Louro (1997, p.57), quando diz que a escola produz distinções, diferenças e desigualdades, “Ela se incumbiu de separar os sujeitos. Ela dividiu também, internamente, os que lá estavam, através de múltiplos mecanismos de classificação, ordenamento, hierarquização. [...] e ela imediatamente separou os meninos das meninas”. E nesse processo de hierarquizações, de relações de poder, embora a escola pareça democrática, ainda não conseguiu fazer com que as diferenças não sejam tratadas como desigualdades, portanto, é possível identificar que:

Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, *loci* das diferenças de gênero, sexualidade, etnia, classe — são constituídos por essas distinções e, ao mesmo tempo, seus produtores. Todas essas dimensões precisam, pois, ser colocadas em questão (Louro, p 64).

Diante dos fatos e visibilizando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, que é tripé da formação universitária, no período de agosto de 2023 e julho de 2024 o projeto foi desenvolvido com ações de extensão em uma escola no Marajó ocidental, promovendo o protagonismo dos/as acadêmicos/as e dos/as professores/as participantes do projeto. Além de trabalhar dentro de dois Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, 4 (Educação de Qualidade) e 10 (Redução das desigualdades).

METODOLOGIA





As atividades de extensão foram planejadas e desenvolvidas por meio de minicursos e oficinas, considerando o público formado por docentes, num processo de troca de conhecimentos culturais e acadêmicos, primordiais para a produção de novos saberes e de construção de identidades profissionais dos/as futuros/as professores/as, acadêmicos/as participantes do projeto. Dessa foram utilizadas metodologias socializantes e dialógicas no sentido Freireano, de ser relacional e não ter iniciativas absolutas, na compreensão de que “o diálogo se faz numa relação horizontal, em que a confiança de um polo no outro é consequência óbvia” (Freire, 1987).

O projeto de extensão sustentou suas atividades na interface entre duas áreas do conhecimento - Antropologia e Educação, na compreensão de que, “quando se entra em campos interdisciplinares, a diferença estará na busca de alternativas para olhares ampliados, conectados por várias redes de significados acêntricos” (Amaral, 2018, p. 50). Contou com uma equipe de 20 discentes graduandos do curso de Pedagogia, 3 (três) professores universitários colaboradores com as ações do projeto, 46 (quarenta e seis) docentes dos anos iniciais do ensino fundamental e uma coordenadora.

Para dar conta dos objetivos do projeto, inicialmente planejamos 12 atividades de extensão; entretanto, ratificamos que desenvolvemos as atividades de acordo com os tempos da Universidade, as necessidades da Escola e com a flexibilização no planejamento, conseguimos realizar 14 atividades de extensão em um ano.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira ação do projeto, após aprovação no edital da PROEX/UFPA nº 03/2023 foi sua apresentação em reunião aos discentes do curso de Licenciatura em Pedagogia da UFPA/ Faculdade de Educação do Campus Universitário do Marajó-Breves, com o propósito de obter uma equipe para desenvolvê-lo. A reunião foi realizada e o objetivo alcançado. Seguimos para apresentar o projeto à escola, pois sem a autorização da gestão escolar e o aceite dos/as docentes, não haveria como executá-lo, considerando que precisaríamos de tempo, pelo menos 2h a cada 15 dias para a realização das atividades e o planejamento alinhado contribuiu para o equilíbrio entre meios e fins, recursos e objetivos do trabalho a ser realizado.

Na apresentação do projeto na e para escola, os/as docentes se mostraram interessados com os temas a serem trabalhados na formação e dessa forma, de acordo com as datas acordadas entre a coordenação pedagógica da escola e coordenação do projeto, o trabalho foi alcançando os seus objetivos. Os/as acadêmicos/as que estiveram presentes, também ficaram





entusiasmados com a presença dos/as docentes e se colocaram à disposição para participarem conjuntamente dos minicursos e oficinas.

Iniciamos as atividades de extensão com o minicurso “Compreendendo a categoria gênero, Direitos Humanos e as relações de desigualdade entre homens e mulheres”, tendo como objetivos: discutir a categoria gênero; desmistificar os conceitos de gênero, de direitos humanos e problematizar as relações desiguais entre homens e mulheres. Dentro da temática estavam em destaque a historicidade da construção social do gênero (Miranda, T.L. & Schimanski, E, 2014), o patriarcado, as consequências do machismo estrutural que produz a subordinação feminina, em particular nas dimensões, econômica, política e simbólica. Em relação aos Direitos Humanos, por meio da Legislação (Programa Nacional de Direitos Humanos, 2009), foi desmistificada a ideia de que a garantia desse direito é somente para quem comete algum tipo de crime, mas que todo ser humano deve ter seus direitos garantidos. O debate também ocorreu em torno dos direitos das mulheres, que pela história das mulheres no Brasil, muitas violações estiveram presentes, muito mais que a garantia dos seus direitos, pois somente a partir do século XX, década de 70, foi que os direitos humanos das mulheres começaram a ser reivindicados com maior vigor (Lei nº 14.611/ 2023, **Decreto Nº 9.586, de 27 de novembro de 2018**). Como exemplo, dados estatísticos da atualidade foram apresentados para reafirmar como as mulheres ainda são vítimas de assédios, importunações, e todo tipo de violência, que muitas vezes culmina com o feminicídio, crime que aumenta a cada dia/ano, embora o avanço de políticas públicas para as mulheres.

O minicurso “Diversidade e Currículo – o gênero em perspectivas e a BNCC”, foi desenvolvido com o propósito de apresentar aos docentes que os temas da diversidade fazem parte da Base Nacional Comum Curricular, uma vez que muitos afirmam não trabalhar alguns temas na sala de aula, por não fazer parte do currículo; dessa forma tornou-se importante analisar a diversidade no currículo e nas diretrizes da BNCC e ainda, explorar a relação do projeto com o documento base para as conferências municipal e estadual de educação, que antecederiam a Conferência Nacional de Educação com propostas amplamente discutidas para o Plano Nacional de Educação - PNE (2024-2034), que traz em seu bojo a perspectiva da promoção de uma educação mais equitativa e de qualidade para todos os alunos.

No contexto contemporâneo, é de extrema relevância reconhecer que os direitos das mulheres ainda são violados em diferentes dimensões. Estereótipos de gênero, discriminação e violência contra às mulheres fazem parte do cenário social brasileiro. Dessa forma, toda e qualquer ação de criação e produção de processos que visem a equidade de gênero deve passar pela formação humana e as escolas têm o dever de desempenhar o seu papel na





formação do cidadão pleno (CF, 1988 e LDB, 9394/96), que tem sentimentos, emoções, desejos, vontades. Todo esse conjunto forma identidades que devem ser trabalhadas para a valorização das diferenças desde a infância, pois à medida que esse ser vai aprendendo e se desenvolvendo, as suas ações estarão diretamente ligadas ao futuro da sociedade, seja ela para perpetuar as formas de segregação, de negação de direitos ou para abrir novos caminhos para a humanidade, onde todas as pessoas possam viver as suas identidades sem medo de expressar o que são. O minicurso “Relações de Gênero: o papel das escolas no combate ao sexismo, misoginia e todo tipo de violação dos direitos das mulheres”, veio com o objetivo de identificar e compreender o papel das escolas no combate ao sexismo, misoginia e todo tipo de violação dos direitos das mulheres. A interação nos debates entre os/as participantes contribuiu para uma compreensão mais ampla e contextualizada das estratégias eficazes no combate ao sexismo e à violação dos direitos das mulheres iniciando pelo ambiente escolar e reverberando no contexto social. Estimulou a troca de conhecimentos e perspectivas, enriquecendo a experiência de aprendizado

O minicurso e oficina: Prática pedagógica e o uso da literatura para a promoção de uma educação antissexista teve como objetivo principal, promover a reflexão e a prática para uma educação antissexista na educação fundamental, utilizando a literatura como ferramenta de ensino e aprendizagem. qualificando os/as educadores/as sobre a importância de identificar e selecionar materiais literários que abordem questões de gênero de forma inclusiva e não estereotipada. O uso da literatura como ferramenta para contribuir no debate e na promoção de uma educação antissexista se dá pela possibilidade interdisciplinar, entre a leitura da palavra e a leitura de mundo (Freire, 1988). Quando um/a professor/a escolhe criticamente uma história, um conto, uma fábula, dentre outros, traz inúmeras possibilidades para a construção de uma visão crítica sobre o mundo e proporciona espaço para desconstruções de estereótipos, pois “a leitura é uma atividade que constrói sentido e o sentido se constrói na interação entre o texto, o leitor e o contexto social (Ferreiro, 1999, p. 57). Na concepção de Freire (1988, p. 12) “a compreensão do texto a ser alcançada por sua leitura crítica implica a percepção das relações entre o texto e o contexto”. Portanto, a leitura, a literatura são ferramentas que devem estar à disposição da escolarização na educação básica, em particular, na educação infantil e no ensino fundamental onde se começa o trabalho para percepções e construções de conceitos, ideias, princípios e valores humanos.

A metodologia integrou as diferentes abordagens apresentadas: teóricas, relatos de experiências e vivências práticas, um processo de promoção à compreensão mais ampla sobre





a importância de uma educação antissexista na formação das crianças e na construção de uma sociedade inclusiva

A desigualdade racial no Brasil, a construção da identidade negra e a escola no combate ao racismo, foi mais um minicurso e oficina desenvolvidos pelo projeto, teve como objetivo, promover a reflexão crítica sobre a realidade da desigualdade racial no Brasil, a construção da identidade negra e debater o papel que a escola vem desenvolvendo para o combate ao racismo. Para iniciar as atividades foram utilizadas dinâmicas de autoidentificação e perguntas aos e às participantes: por que é importante falar da desigualdade racial no Brasil? O que significa ser negro no Brasil? De onde vem a sua ancestralidade? Foram perguntas que conduziram o debate e ao mesmo tempo as respostas se juntava a apresentação de dados estatísticos (2023/2024) capturados do observatório de educação do Instituto Unibanco que mostram que 56% da população brasileira é representada por pretos e pardos.

Houve discussões sobre o mito da democracia racial e como ele pode impactar negativamente na construção da identidade da pessoa negra no Brasil, que pelo histórico de discriminações sofridas, muitos sentem vergonha de se autodeclarar preto; entretanto, esse não é um processo fácil, mas quando se cria consciência sobre a ancestralidade e se assume como é tem-se aí um caminho para o fortalecimento das lutas pelo respeito às relações étnico-raciais, dessa forma, comungamos do pensamento de Fernandes e Souza (2016, p.116) quando afirmam que a escola deve estar apta para “favorecer as diferenças e o diálogo entre os indivíduos de diferentes grupos étnico-raciais”, pois só assim poderá permitir que educandos negros, desconstruam estereótipos e preconceitos em relação à sua origem e adquiriram sentimento de pertença, que pode conduzi-lo a atuar em defesa dos valores de seu grupo étnico-racial.

O Minicurso e oficina Orientações de práticas pedagógicas para uma educação antirracista, mostrou a beleza da cultura africana, iniciou com apresentação de danças de origem africana, expressão artística de um povo que pela história contada não foram apresentados como donos de um rico patrimônio cultural. Para Fanon (1961) essa é uma forma de colonialidade, pois “o homem que é racista sente uma necessidade desesperada de afirmar a sua superioridade sobre os outros e isso resulta na desumanização de todos” (Fanon, 1961, p.75). Além das danças outras importantes contribuições dos africanos para a formação do povo brasileiro foram apresentadas.

Também foram discutidas práticas pedagógicas que podem ter caráter inovador e inclusivas, desde que se crie oportunidades reais que promovam o dismantelamento de preconceitos em todos as áreas do conhecimento, que trabalhe o ensino visando a valorização





da diversidade cultural. A abordagem do minicurso e oficina destacou a importância de integrar as histórias e culturas africanas no currículo escolar, enriquecendo a experiência educacional e promovendo o respeito mútuo entre todos os alunos, uma vez que, “a luta pela igualdade não é apenas uma luta pelos direitos civis, mas uma luta pela criação de uma sociedade verdadeiramente justa e equitativa” (Davis, 1981, p. 112).

A duração do projeto foi de um ano, com períodos divididos por semestre. Após o primeiro semestre, uma parada para a realização de avaliação por meio de uma roda de conversas e a partir dos resultados, o planejamento do segundo semestre. Concluídas as atividades programadas ao final do ano, ocorreu a oficina de culminância do projeto, nomeada como “A Diversidade em questão: atividades pedagógicas para os anos iniciais do ensino fundamental”.

A Oficina final foi avaliada como a mais produtiva e participativa, houve uma maior participação de todos/as envolvidos/as. Os/as docentes fizeram questão de se colocar à disposição para desenvolver as atividades apresentadas, o que avaliamos como muito positivo, ao reconhecerem que a coordenação do projeto, os/as professores/as, os/as acadêmicos/as não foram vistos como detentores do conhecimento, mas como mediadores, facilitadores dos conceitos que muitas vezes ficam como científicos, sem relacionar com o conhecimento comum.

As atividades planejadas para a oficina final foram organizadas em um caderno pedagógico onde constavam todas as ações a serem desenvolvidas na oficina, fazendo uma retrospectiva dos temas e atividades realizadas no decorrer do ano do projeto. Cada docente recebeu o seu caderno. Houve oficina de produção de um quadro com marcadores de identidades dos/as docentes - quem sou eu, idade, gênero, religiosidade, cor, dentre outros. Foi um momento de reflexão e descontração, pois precisava que cada um fizesse o seu auto desenho e a maioria disse não saber desenhar, principalmente a si mesmo, entretanto, todos/as fizeram as suas produções. Após assistiram um vídeo do UNICEF que aborda a infância sem racismo, seguido de jogo do bingo com o tema Identidades, Cidadania, onde cada participante preenchia sua cartela com nomes de colegas e ao fechar o jogo, recebia um prêmio, mas precisava falar o por que de ter escolhido o nome daqueles colegas e o que sabiam sobre aquela pessoa. Outra atividade foi a contação de histórias, primeiro pela equipe do projeto, depois pelos/as docentes, histórias que podem ser trabalhadas nas práticas pedagógicas para abordar o valor das diferenças entre as pessoas.

Para manter o entusiasmo pelas atividades, músicas foram ouvidas, cantadas e depois abrimos a roda de conversas, como exemplo tivemos: Mário Lago - “ai, que saudade da





Amélia” de 1945 e a outra da Pitty, “Desconstruindo Amélia” de 2009. Seguimos com teatro, encenado pelos/as docentes com o tema “violação dos direitos das mulheres”. A última parte da oficina foi direcionada aos jogos, oportunizando os/as professores/as a jogar dados, montar quebra-cabeça, jogos de dominó com sinônimos e antônimos de palavras que indicam cidadania, jogos da memória, jogos de ilustrações com tirinhas que mostram preconceitos e como combatê-los, trilhas, dentre outros. Esse foi um momento de muitas competições, todos queriam jogar e vencer, afinal, havia prêmios para os vencedores e todos somos seres competitivos. O mais importante foi o que propusemos, atividades para o trabalho sobre o valor e o respeito à diversidade religiosa, de classe, de gênero, étnico-racial e outras. Encerramos a oficina com uma pesquisa de opinião com os/as participantes (por meio de questionário), para que avaliassem a totalidade do projeto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sair das instalações da Universidade para fazer extensão e chegar à escola para dialogar com a comunidade externa, embora seja no campo da educação, ainda é um grande desafio para a educação superior, que traz como um dos seus princípios a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Um desses desafios é a falta de investimento para que os projetos possam ser consolidados, pois toda e qualquer atividade desenvolvida exige recursos que nem sempre estão à disposição nas escolas e nem nas universidades, em particular os recursos financeiros, a cada ano, mais escassos para o ensino superior público.

O projeto em destaque enfrentou vários desafios, dentre eles, a falta de recursos materiais, como material de projeção, caixas de som, mas esses, dentro das possibilidades íamos dando conta de resolver. Consideramos como desafio maior, a indisponibilidade de um tempo regular para a formação nas escolas, mesmo com o aceite do projeto, não houve a possibilidade de montar um calendário com as datas das atividades, as quais foram se adequando aos horários que eram possíveis liberar os/as docentes para a participação, que contava como hora de planejamento coletivo. E uma dificuldade que consideramos difícil de superar foi a de garantir a presença dos/as docentes nas atividades, embora fossem liberados de suas atividades de sala de aula para participar como hora dedicada à formação continuada, muitos iam embora e havia queixas da própria direção e da coordenação pedagógica de que havia pouca participação docente em todas as atividades da escola.





Para além das questões apresentadas, trazer dois temas que compõem o campo da diversidade - relações de gênero e relações étnico-raciais para serem discutidos por professores/as dos anos iniciais do ensino fundamental, ainda é um ato de coragem, pois embora tenhamos ouvido e havendo registro da avaliação do projeto de que ele é relevante educacional e socialmente, também ouvimos que “esse trabalho é perda de tempo, pois não temos como mudar a realidade estabelecida, principalmente que não temos como tratar desses assuntos com crianças, seria melhor se gastássemos esse tempo ensinando como alfabetizar, como resolver problemas matemáticos”. São concepções equivocadas como essas que nos impulsionam a continuar nesse caminho de levar e partilhar conhecimentos e as nossas inquietações às escolas, para professores/as que são formadores de sujeitos/as de direitos, que reconheçam o valor das diferenças e sejam protagonistas de uma nova história para as mulheres e pessoas negras que ainda vivem assustadas e com medo da violência que ronda suas vidas.

Por outro lado, os que participaram, mesmo não sendo ativos em todas as atividades, tiveram a oportunidade de dizer que já iniciaram as mudanças na forma de pensar e agir diante das temáticas estudadas e nas suas práticas pedagógicas. Desconstruíram e construíram novos conhecimentos, partilharam saberes das suas vivências pessoais e profissionais e juntos tivemos a oportunidade de aprender e ensinar. Cada planejamento, estudos, encontros, foram imprescindíveis para que tivéssemos um resultado satisfatório para todos os/as participantes, fossem os/as graduandos/as ou os/as docentes das escolas. Foram encontros de reflexões, de dúvidas, estranhamentos, porém tempos de aprender que desde a mais tenra idade é preciso falar e agir com respeito às diferenças para que as crianças cresçam sabendo respeitar o outro que é semelhante a si por ser humano/a, mas diferente na forma de ser, de pensar, de sentir e de se apresentar à sociedade e ao mundo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, S.M.P. Narrativas interculturais na sala de aula: Antropologia e Educação no Marajó (Breves Pará). Tese de Doutorado. Programa de Pós Graduação em Antropologia – PPGA/UFPa, Belém Pará, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: <https://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/viwTodos/509f2321d97cd2d203256b280052245a?OpenDocument&Highlight=1,constitui%C3%A7%C3%A3o&AutoFramed>. Acesso: 12/11/2025.





BRASIL. Lei nº 11.340, de 07.08.2006 – **Lei Maria da Penha** – Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera os Decretos-Lei nºs 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), e 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 (Lei de Execução Penal); e dá outras providências (Lei Maria da Penha). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/111340.htm Acesso em: 18/11/2025

BRASIL. Lei nº 14.611/ 2023. Dispõe sobre a **igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens**; e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2023/lei/114611.htm Acesso em 10/11/2025.

BRASIL, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**, nº 9394/96. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/642419/LDB_7ed.pdf . Acesso em 10/11/2025

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileira. Manaus, 2012.

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as **Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira** e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação-PNE 2014 – 2024 e dá outras providências. Disponível em:

https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/55877808

BRASIL, Lei 11645. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm?msckid=0c0d30 Acesso em: 05/11/2025

BRASIL. Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009. Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3 e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm

DAVIS, A. Mulheres, raça e classe. 1. ed. São Paulo: **Bomtempo**, 2020

FANON, F. Os condenados da terra. 1. ed. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 1961.

FERNANDES, V. B e SOUZA, M.C. C de. Identidade Negra entre exclusão e liberdade. **Revista do instituto de Estudos Brasileiros**. n. 63 • abr. 2016 (p. 103-120)

FERREIRO, E. Ler e Escrever: Uma Teoria do Desenvolvimento Psicolinguístico. São Paulo: **Cortez**, 1999





FREIRE, P. A importância do ato de ler: em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez, 1988.

IPEA. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Atlas da Violência. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/atlas-da-violencia/> Acesso em: 12/05/2025.

Louro, G. L. Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997

MIRANDA, T.L. & SCHIMANSKI, E. Relações de gênero: algumas considerações conceituais. In FERREIRA, A. J. Relações étnico-raciais, de gênero e sexualidade: perspectivas contemporâneas. Organizado por Aparecida de Jesus Ferreira. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014.

UNIBANCO, Instituto. Observatório de Educação, Ensino Médio e Gestão. Violência contra a mulher. Disponível em: <https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br/pesquisa/?q=Viol%C3%Aancia%20dom%C3%A9stica> Acesso em 12/05/2025.

